



Da **Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Aviso nº 4, de 2012-CN, que “Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 4º trimestre do exercício de 2011.”

Relator: Deputado FÁBIO RAMALHO

1 RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos do exame do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 4º Trimestre de 2011, objeto do AVN nº 4/2012-CN (Aviso nº 74-GP/TCU, de 29/2/2012, na origem).

A remessa do citado Relatório decorre de mandamento constitucional insculpido no art. 71, § 4º, da Constituição Federal, nos seguintes termos:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....
§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

O Relatório foi encaminhado dentro do prazo de sessenta dias após o período correspondente, conforme estabelecido no art. 293 do Regimento Interno do TCU, e está estruturado em seis grandes blocos de informações, a saber:

- I. Nossos Principais Resultados;
- II. Sobre o TCU – competências e jurisdição, estrutura e deliberação dos colegiados;

2905A4AC38

2905A4AC38



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- III. Atividades de Controle Externo – fiscalizações realizadas, os temas de maior significância, medidas cautelares, condenações e sanções etc.;
- IV. Obras públicas fiscalizadas;
- V. Relacionamento com o Público Externo; e
- VI. Atividades Administrativas.

O Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, destacou que, no 4º trimestre, destaca-se, dentre outras atividades, a conclusão do relatório que consolida as fiscalizações feitas em obras públicas no ano de 2011. Segundo ele, o trabalho, além de verificar a correta aplicação de recursos federais em obras, também tem por objetivo prestar informações ao Congresso Nacional para subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2012.

Nesse trabalho, o Tribunal realizou 230 fiscalizações. O montante de recursos orçamentários fiscalizados foi superior a R\$ 36 bilhões. As fiscalizações relacionadas à função Energia foram as que apresentaram maior volume de recursos fiscalizados (R\$ 22,3 bilhões – 60,69%), seguida da função Transporte com R\$ 9,2 bilhões (25,14%). Das 230 obras fiscalizadas, foram apontados indícios de irregularidades graves em 190 obras (82,6%).

Acrescenta que essas fiscalizações são uma forma de atuação preventiva para evitar danos ao erário e contribuir para o adequado desenvolvimento das próprias obras, aferindo-se inclusive a qualidade das mesmas.

Ressaltou que o somatório preliminar de benefícios estimados resultantes da fiscalização de obras em 2011 atingiu cerca de R\$ 2,5 bilhões.

No tocante a fiscalizações, teve destaque a análise realizada pelo Tribunal no procedimento referente à concessão dos aeroportos internacionais de Guarulhos, Brasília e Viracopos. Em razão dos estudos realizados, o Tribunal alterou os valores mínimos de outorga dos três aeroportos. No caso do Aeroporto de Brasília, o valor mínimo, que era de R\$ 75,5 milhões, passou para R\$ 761 milhões (aumento de 907%).

2905A4AC38

2905A4AC38



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Assinalou, ainda, a auditoria do TCU que avaliou os riscos de atraso na conclusão das obras de mobilidade urbana, construção e reforma dos estádios e infraestrutura aeroportuária, consideradas imprescindíveis à realização da Copa do Mundo de 2014. Diante da proximidade das datas de entrega dos trabalhos, o TCU recomendou aos Ministérios do Esporte, Turismo, Cidades, a Casa Civil e a Infraero que acompanhem os problemas encontrados.

O TCU EM NÚMEROS

BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	R\$ 10,54 bilhões
Medidas cautelares adotadas	34
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	26
Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R\$ 6,45 bilhões
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	712
Valor das condenações	R\$ 309,68 milhões
Processos de cobrança executiva formalizados	645
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R\$ 202,5 milhões
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	21
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	26
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	837
Processos julgados conclusivamente	1.399
Acórdãos proferidos	4.963
Atos de pessoal analisados	79,137
Fiscalizações concluídas	268

Fonte: Relatório de Atividades 4º tri/2011 - TCU

1.1 Resultados do Controle Externo e medidas cautelares

No trimestre, foram autuados 1.322 processos referentes à matéria de controle externo. No mesmo período, foram apreciados de forma conclusiva pelo Tribunal 1.399 processos da mesma natureza.

No que diz respeito ao exame da legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, no período foram autuados 35.458 atos de pessoal e apreciados 79.137 atos dessa natureza.

2905A4AC38

2905A4AC38



Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Plenário ou o relator pode, de ofício ou mediante provocação, expedir medida cautelar, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o TCU decida sobre o mérito da questão suscitada.

A expedição dessas medidas não necessariamente gera impacto econômico imediato, mas visa ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos federais. No trimestre, foram adotadas 34 cautelares contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais superiores a R\$ 6,45 bilhões.

1.2 Condenações e Sanções Aplicadas

Entre os 643 processos de contas e contas especiais apreciados de forma conclusiva no trimestre, 256 (39,81%) condenaram 633 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros 34 processos de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a 79 responsáveis.

1.3 Atuação do Ministério Público junto ao TCU

Compete ao Ministério Público especializado (MP/TCU) dizer de direito, oralmente ou por escrito, em todos os assuntos sujeitos à decisão do Tribunal. Trata-se de órgão composto por um Procurador-Geral, três subprocuradores-gerais e quatro procuradores.

Ao MP/TCU também compete promover, junto à Advocacia-Geral da União (AGU), as medidas referentes à cobrança executiva dos débitos e multas imputados por acórdãos do Tribunal. No 4º trimestre de 2011, foram autuados 645 processos de cobrança executiva, envolvendo cerca de R\$ 202,5 milhões. No mesmo período, o Ministério Público junto ao TCU emitiu parecer em 3.815 processos.

2905A4AC38

2905A4AC38



1.4 Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida

O Relatório apresentado pelo TCU destaca, resumidamente, o resultado das fiscalizações realizadas nas diversas áreas da ação governamental bem como as medidas adotadas para corrigir eventuais falhas. A saber:¹

1.4.1 Administração-Geral

- a) prorroga prazo para substituição de terceirizados irregulares;
- b) determina medidas para aprimorar o Siconv;
- c) fará auditoria na Superintendência de Seguros Privados (Susep);
- d) constatou que o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) não tem alcançado todos os setores previstos na norma que regulamenta o incentivo fiscal;
- e) aponta melhorias do Siasg;

1.4.2 Defesa Nacional

- a) avalia atuação e funcionamento da Anac;
- b) aprova, com ressalvas, estudos para concessões nos aeroportos de Guarulhos, Brasília e Viracopos;

1.4.3 Desporto e Lazer

- a) identifica risco de atrasos em obras para a Copa do Mundo de 2014;

1.4.4 Energia

- a) Governo terá que elaborar plano de ação para concessões do Setor Elétrico;
- b) avalia estudos para leilão de 8 usinas e linhas de transmissão;
- c) verifica causas da interrupção de energia em sete estados do Nordeste;

1.4.5 Gestão Ambiental

- a) vai monitorar ações governamentais relacionadas a mudanças climáticas;

¹ O Relatório completo está disponível na Secretaria da CMO e na página do TCU http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/outrasmaterias/QuadroOutrasMaterias.asp?Tipo_Materia=Relat%F3rio%20de%20Atividades%20do%20TCU&Nome_Arg=12_rel_atv_TCU



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- b) verifica desperdício de mais de R\$ 90 milhões em Programa para coleta de lixo;
- c) Licenciamento ambiental de obras é voltado a aspectos formais;

1.4.6 Indústria (Produção Mineral)

- a) constata deficiências na estrutura do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);
- b) identifica falhas na fiscalização do DNPM em MG;

1.4.7 Previdência e Assistência Social

- a) fiscaliza emissão de certificados de entidades beneficentes de assistência social;

1.4.8 Saúde

- a) alerta para necessidade de lei no Programa Farmácia Popular;
- b) monitora ação da Funasa para melhoria do manejo de resíduos sólidos;
- c) verifica implementação da Política Nacional de Assistência Oncológica;

1.4.9 Trabalho

- a) multa ex-Secretário do Ministério do Trabalho;

1.4.10 Transporte

- a) determina correção para desequilíbrio de contratos de concessões de rodovias federais;
- b) encontra falhas em sistema do Dnit;
- c) encontra sobrepreço em trecho da Ferrovia Norte-Sul;
- d) determina correção em licitações e contratos para recuperação de rodovias;
- e) encontra indícios de irregularidades graves em obras da Rodovia BR-440/MG;
- f) identifica sobrepreço nas obras da BR-493;
- g) aponta descontrole na cobrança de faturas da Codesp;
- h) Auditoria do TCU reduz preço de obra no Porto de Natal/RN;
- i) autoriza licitação para construção de píer no Rio de Janeiro;

2905A4AC38

2905A4AC38



1.4.11 Urbanismo

- a) auditoria no Programa Minha Casa Minha Vida utilizando recursos de inteligência;
- b) determina correções em edital para obras do sistema adutor Santa Cruz/RN;
- c) analisa contrato para obras de sistema sanitário em Porto Velho/RO;

1.5 OBRAS PÚBLICAS FISCALIZADAS

No decorrer dos trabalhos do Fiscobras 2011, o TCU realizou 230 fiscalizações *in loco*, as quais contemplaram as mais relevantes funções orçamentárias detentoras de recursos do Orçamento-Geral da União de 2011. Entre as auditorias destacaram-se, em relação à quantidade de fiscalizações realizadas, as funções Transporte, Saúde, Energia, Direitos da Cidadania e Gestão Ambiental, com 112, 22, 21, 20 e 16 fiscalizações, respectivamente.

O montante de recursos orçamentários fiscalizados foi superior a R\$ 36 bilhões. A função Energia foi a que apresentou maior volume de recursos fiscalizados (R\$ 22,3 bilhões – 60,69%). Em segundo lugar apareceu a função Transporte (R\$ 9,2 bilhões – 25,14%).

O TCU efetuou 161 fiscalizações em obras do PAC, o que representa 70% das auditorias realizadas. Foram apontados indícios de irregularidades graves com proposta de paralisação em 19 obras, o que equivale aproximadamente a 0,5% do total de empreendimentos compreendidos nesse Programa.

Das 230 obras fiscalizadas, foram apontados indícios de irregularidades graves em 190 obras (82,6%). Desses, em 26 casos (11,2%), os indícios são potencialmente paralisadores de contrato, convênio, etapa, parcela ou trecho de obra. Nos outros 7 casos (3,04%), recomendou-se retenção cautelar (casos em que o prosseguimento da obra é autorizado desde que haja retenção de valores suficientes para compensar o possível dano ao erário).

2905A4AC38

2905A4AC38



1.6 Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

Durante o 4º trimestre de 2011, foram autuados 14 processos de solicitação do Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados 9 processos dessa natureza. Ao final do trimestre, estavam em tramitação, no Tribunal, 52 processos de solicitação do Congresso Nacional.

1.7 Rede de Controle

Instituída pelo TCU, a Rede de Controle da Gestão Pública foi lançada em 25 de março de 2009. Ela é formada mediante a assinatura de acordos de cooperação entre órgãos que atuam no controle e na fiscalização do uso de recursos públicos, priorizando a atuação estratégica e coordenada. A atuação coordenada visa definir diretrizes comuns e ações conjuntas. A cooperação deve evitar ações repetitivas, desperdício de recursos humanos e materiais, além de aumentar a probabilidade de atingir objetivos em comum.

Para 2011, foi prevista a realização de auditorias de forma articulada nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Começarão também os trabalhos de fiscalização nos preparativos do País para a Copa do Mundo de 2014.

Atualmente, as ações da Rede de Controle da Gestão Pública estão divididas em subgrupos de trabalhos, que desenvolvem cinco temas:

- a) tipologias de irregularidades cometidas;
- b) fiscalização de obras públicas;
- c) processo de tomadas de contas especial (TCE);
- d) Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (Cadicon);
- e) terceirização de serviços públicos.

No trimestre, em continuidade aos trabalhos da Rede de Controle da Gestão Pública, foram realizadas oficinas de capacitação de gestores e/ou reuniões técnicas da Rede nos estados do Rio Grande do Sul, no Piauí e em Ceará.

2905A4AC38

2905A4AC38



1.8 Atuação Internacional

No cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), a Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) e a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile. O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). No 4º trimestre, o TCU esteve representado em eventos relacionados a esses organismos, nos seguintes países: Portugal, Venezuela, EUA, Paraguai, Suíça, Índia, África do Sul e Argentina.

1.9 Recursos Orçamentários e Financeiros

O orçamento do Tribunal para o ano de 2011 apresentou dotação de R\$ 1.354.248.218,00. A despesa liquidada até o final do 4º trimestre foi de R\$ 1.346.531.785,39 (99,43%) da dotação orçamentária disponível para execução.

É o relatório.

2 VOTO

Do exposto, observa-se que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais e legais no período em exame, pelo que **VOTO** no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório de Atividades relativo ao 4º Trimestre de 2011 daquela Corte de Contas, objeto do AVN nº 4/2012 – CN, e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em de de 2013

Deputado **FÁBIO RAMALHO**

Relator

2905A4AC38

2905A4AC38